

de ensino superior, conforme o estabelecido no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, tendo obtido classificação positiva.

4 — Compete à direcção do curso avaliar e aceitar ou rejeitar a suficiência e adequação das provas referidas nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo como demonstrativas de capacidade para frequentar o curso pretendido, não podendo obrigar os candidatos a provas complementares.

5 — Estas provas destinam-se, exclusivamente, ao acesso e frequência do 1.º ciclo do ensino superior dos maiores de 23 anos, não lhes sendo concedida qualquer equivalência a habilitações escolares.

6 — Os candidatos aprovados nas provas e que se matriculem em cursos no ISCAD podem requerer a creditação de competências profissionais segundo as normas vigentes no estabelecimento.

Artigo 10.º

Casos omissos

Aos casos omissos neste Regulamento aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições gerais contidas nos Estatutos do Instituto

Superior de Ciências da Administração e nas demais normas, legais e regulamentares, vigentes.

Artigo 11.º

Vigência

O presente Regulamento vigora por tempo indeterminado, sendo actualizado, anualmente, o calendário das provas, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º

Calendário de realização das provas de exame para maiores de 23 anos 2011/2012

1 — Cumprindo o disposto no n.º 2 do artigo 8.º e no artigo 11.º do Regulamento de Provas de Admissão Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade dos Maiores de 23 Anos para a Frequência dos Cursos de 1.º Ciclo no Instituto Superior de Ciências da Administração, publica-se o calendário para a realização de provas para o ano lectivo 2011-2012.

2 — Para o ano lectivo de 2011-2012 realizam-se duas épocas de candidatura, de acordo com o seguinte calendário:

Candidaturas às provas	Época	Chamada	Data de Realização da Prova	Entrevista
De 1 a 25 de Março	1. ^a	1. ^a	28 de Março	A partir de 30 de Março.
De 28 de Março a 29 de Abril	1. ^a	2. ^a	2 de Maio	A partir de 4 de Maio.
De 2 a 13 de Maio	1. ^a	3. ^a	16 de Maio	A partir de 18 de Maio.
De 16 a 27 de Maio	1. ^a	4. ^a	30 de Maio	A partir de 1 de Junho.
De 30 de Maio a 17 de Junho	2. ^a	1. ^a	20 de Junho	A partir de 21 de Junho.
De 20 de Junho a 1 de Julho	2. ^a	2. ^a	4 de Julho	A partir de 6 de Julho.
De 4 a 15 de Julho	2. ^a	3. ^a	18 de Julho	A partir de 20 de Julho.
De 18 a 25 de Julho	2. ^a	4. ^a	26 de Julho	A partir de 27 de Julho.

3 — As provas realizam-se às 18 horas.

4 — Em cada época poder-se-ão realizar mais chamadas, de acordo com número de candidatos.

16 de Março de 2011. — O Director, *Joel Hasse Ferreira*. — O Administrador, *Manuel de Almeida Damásio*.

204770555



PARTE J1

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Secretaria-Geral

Aviso (extracto) n.º 12683/2011

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, faz-se público que, por despacho da Secretária-Geral, de 19 de Maio de 2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia imediato ao da respectiva publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), o procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau de Director de Serviços da Unidade Ministerial de Compras previsto na Portaria n.º 345/2007, de 30 de Março.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e do método de selecção são publicitados na BEP, a partir do 1.º dia útil posterior à publicação do presente aviso.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente um política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

24 de Maio de 2011. — Em substituição da Secretária-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, a Secretária-Geral-Adjunta, *Ana Maria Pinto Bernardo*.

204762674

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12684/2011

Considerando o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia de publicitação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal de selecção com vista ao provimento no cargo de dirigente intermédio do 1.º grau, de Director de Serviços de Assuntos Jurídicos, da Secretaria-Geral, do Ministério da Defesa Nacional.

2 — O respectivo anúncio, contendo, nomeadamente, a indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e do método de selecção, será publicitado na BEP, até ao 3.º dia útil a contar da publicação do presente aviso.

2 de Junho de 2011. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

204770806

Aviso n.º 12685/2011

Considerando o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia de publicitação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal

de selecção com vista ao provimento no cargo de dirigente intermédio do 2.º grau, de Chefe de Divisão de Organização, Avaliação e Estatística, da Secretária-Geral, do Ministério da Defesa Nacional.

2 — O respectivo anúncio, contendo, nomeadamente, a indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri e do método de selecção, será publicitado na BEP, até ao 3.º dia útil a contar da publicação do presente aviso.

2 de Junho de 2011 — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão*.

204770799

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12686/2011

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 08/02/2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, procedimento concursal de selecção para provimento de cargo de Director de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretária-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (SG-MAOT).

1 — Área de Actuação — A constante no artigo 2.º do Decreto Regulamentar 52/2007, de 27 de Abril e do artigo 3.º da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril.

2 — Requisitos legais de provimento — Ser trabalhador em funções públicas licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e reunir pelo menos seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Perfil pretendido — Licenciatura em Administração e Gestão.

4 — Condições preferenciais — Exercer ou já ter exercido funções dirigentes de apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo e aos demais órgãos e serviços do Ministério, na área em que se insere o cargo a prover, ter experiência prática significativa nas áreas de planeamento e orçamentos de funcionamento e PIDDAC, ter conhecimento e experiência nas áreas de património e aprovisionamento, ter formação profissional nas áreas inerentes ao respectivo conteúdo funcional.

5 — Métodos de Selecção — Avaliação curricular e entrevista profissional.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Secretária-Geral, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua de “O Século”, 51 — 3.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação: nome, estado civil, residência, código postal e telefone;

b) Categoria, vínculo e serviço a que pertence;

c) Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura.

6.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, actualizado, datado e assinado, do qual conste, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e exerceu, com indicação dos respectivos períodos de permanência nos serviços e actividades relevantes, bem como indicação das acções de formação profissional frequentadas, entidades que as promoveram, período em que as mesmas decorreram e respectiva duração;

b) Declaração, autêntica ou autenticada, passada pelo Serviço, devidamente actualizada, da qual conste a existência e natureza do vínculo, a antiguidade, expressa em anos, na actual carreira;

c) Declaração das funções que desempenha/desempenhou no âmbito de cargos de dirigentes, emitida pelo serviço;

d) Fotocópia dos documentos autênticos comprovativos das acções de formação frequentadas;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

7 — Os candidatos serão notificados para a realização da entrevista bem como do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Secretário-Geral Adjunto do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Vogais

Licenciada Ana Maria Pereira Carvalho Veríssimo, Directora de Serviços da Administração de Recursos, da Inspeção-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Professor Doutor Ivo Antunes Dias, docente da Universidade Lusíada de Lisboa.

6 de Junho de 2011. — A Secretária-Geral, *Paula Gonçalves*.

204768717

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Aviso n.º 12687/2011

Abertura de procedimento concursal comum para provimento no cargo de Director Adjunto para o Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas

1 — Cargo de direcção intermédia do 2.º grau:

Director Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas.

Local: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P./ Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas/ Alcochete.

2 — Requisitos legais de provimento:

a) Ser funcionário vinculado à Administração Pública e habilitado com o grau de licenciatura;

b) Ter quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

3 — Requisitos preferenciais:

a) Licenciatura em Arquitectura;

b) Experiência profissional no desempenho efectivo de funções de gestão e direcção;

c) Experiência profissional no exercício de funções de gestão e direcção em matérias relacionadas com o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente ao nível da articulação com as populações residentes em Áreas Protegidas.

4 — Para além dos requisitos legais e preferenciais, no processo de escolha será ponderada a experiência profissional dos candidatos em matérias relacionadas com as atribuições genéricas do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril, com particular enfoque nas atribuições específicas dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas, elencadas no artigo 5.º dos Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., aprovados pela Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, e, ainda, no exercício de competências próprias dos titulares de cargos de direcção intermédia do 2.º grau, constantes do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção actual.

5 — Composição do júri:

Presidente: Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha, Director do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Vogais: Dra. Anabela Rodrigues dos Santos Trindade, Subdirectora da Agência Portuguesa do Ambiente;

Professora Doutora Maria da Conceição Freitas, professora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

6 — Métodos de selecção: São utilizados os seguintes métodos de selecção: